



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

FLÁVIA PINHEIRO DA SILVA BAIMA

PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS
RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE USINA VITÓRIA – BARCARENA/PA

BELÉM

2023

FLÁVIA PINHEIRO DA SILVA BAIMA

**PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS
RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE USINA VITÓRIA – BARCARENA/PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Nutrição pelo Centro Universitário do Estado do Pará.

Orientadora: Prof^a. Msc. Daniela Pinheiro Gaspar.

BELÉM

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CESUPA, Belém – PA

B152p Baima, Flávia Pinheiro da Silva.

Prevalência de insegurança alimentar em famílias ribeirinhas da comunidade usina Vitória – Barcarena/PA / Flávia Pinheiro da Silva Baima. — 2023.
44f.

Orientadora: Prof^a. Msc. Daniela Pinheiro Gaspar.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Estado do Pará, Curso de Nutrição, Belém, 2023.

1. Nutrição. 2. Ribeirinhos. 3. Insegurança alimentar. 4. EBIA. I. Baima, Flávia Pinheiro da Silva. II. Gaspar, Daniela. III. Título.

CDD. 22º ed. 612.3

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

FLÁVIA PINHEIRO DA SILVA BAIMA

**PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS
RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE USINA VITÓRIA – BARCARENA/PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Nutrição pelo Centro Universitário do Estado do Pará.

Orientadora: Prof^a. Msc. Daniela Pinheiro Gaspar.

Aprovado em: ___ de ___ de 2023.

Banca Examinadora

(Daniela Pinheiro Gaspar, Mestre, Universidade Federal do Pará).

(Jamilie Suelen dos Prazeres Campos, Mestre, Universidade Federal do Pará).

(Sandra Maria dos Santos Figueiredo, Mestre, Universidade Estadual do Pará).

Aos meus filhos, Henrique e Vinícius, que suportaram bravamente minhas ausências. Com amor.

Ao Jonas, meu amor, companheiro e incentivador, pela ajuda, apoio e colo em todos os momentos.

A Amélia, mãe e pedaço de mim, que me estimula e me dá forças para nunca desistir.

Ao meu pai, Lobatinho (em memória), pois sempre acreditou nos meus sonhos.
Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar meus passos e me encorajar a fazer de cada dia um novo dia;

A minha família, que sempre me apoiou e respeitou as minhas escolhas;

A minha orientadora Dani (Prof^a. Msc. Daniela Gaspar), por sua amizade e parceria desde o meu primeiro dia na instituição, por sua atenção, compreensão e competência científica;

A todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

RESUMO

Introdução: A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é abordada a partir de uma perspectiva multidimensional e integradora, estando intrinsecamente relacionada à promoção do direito humano à alimentação. Entretanto, as comunidades ribeirinhas destacam-se como grupos que enfrentam desafios significativos nesse contexto. **Objetivo:** Analisar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar e nutricional das famílias da comunidade Usina Vitória em Barcarena/PA. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal quanti-qualitativo realizado com aplicação de questionário socioeconômico e demográfico e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), com 52 famílias totalizando 180 pessoas selecionadas como participantes. **Resultados:** Constatou-se a prevalência de insegurança alimentar grave em 35% da população examinada e moderada em 29%. Em 100% das famílias com mais de cinco filhos, assim como em domicílios com mais de quatro pessoas, foi observada a insegurança alimentar. Verificou-se que 63% das famílias eram chefiadas por mulheres. Quanto à escolaridade, predominou o nível fundamental com 61%. Esses resultados destacam a necessidade de uma análise aprofundada das políticas sociais, econômicas e de segurança alimentar em vigor, com foco em atender às necessidades das pessoas em insegurança alimentar moderada e grave. **Conclusão:** A maioria da população apresenta perfil sócio demográfico e econômico fragilizado, o que caracteriza a condição de insegurança alimentar, principalmente fatores sociais e econômicos, como a composição familiar e renda de apenas um salário mínimo. A baixa escolaridade encontrada também contribui com a redução das chances de melhor remuneração e oportunidades profissionais. É necessário reformular programas sociais, aumentar a conscientização sobre educação financeira e nutricional, bem como promover políticas que visem a redução da desigualdade de renda. Além disso, esses dados podem ser utilizados para embasar a tomada de decisões e o direcionamento de recursos para abordar a insegurança alimentar em diferentes grupos populacionais.

Palavras-chave: Ribeirinhos; Segurança Alimentar; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

ABSTRACT

Introduction: Food and Nutritional Security (FNS) is approached from a multidimensional and integrative perspective, being intrinsically related to the promotion of the human right to food. However, riverside communities stand out as groups that face significant challenges in this context. **Objective:** To analyze the prevalence and factors associated with food and nutritional insecurity among families in the Usina Vitória community in Barcarena/PA. **Methodology:** This is a quantitative and qualitative cross-sectional study carried out using a socioeconomic and demographic questionnaire and the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), with 52 families totaling 180 people selected as participants. **Results:** The prevalence of severe food insecurity was found in 35% of the population examined, and moderate in 29%. In 100% of families with more than five children, as well as in households with more than four people, food insecurity was observed. It was found that 63% of families were headed by women. As for education, primary education predominated with 61%. These results highlight the need for an in-depth analysis of current social, economic and food security policies, with a focus on meeting the needs of people experiencing moderate and severe food insecurity. **Conclusion:** The majority of the population has a fragile socio-demographic and economic profile, which characterizes the condition of food insecurity, mainly social and economic factors, such as family composition and income of just one minimum wage. The low level of education found also contributes to reducing the chances of better remuneration and professional opportunities. It is necessary to reformulate social programs, increase awareness about financial and nutritional education, as well as promote policies aimed at reducing income inequality. Furthermore, this data can be used to inform decision-making and directing resources to address food insecurity in different population groups.

Keywords: Riverside; Food Security; Brazilian Food Insecurity Scale.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Caracterização do problema	11
1.2 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 Justificativa	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3 METODOLOGIA	15
3.1 Tipo de estudo	15
4 RESULTADOS	18
5 DISCUSSÃO	23
6 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	33
ANEXO B – QUESTIONÁRIO ACERCA DOS ASPECTOS DE QUALIDADE DE VIDA, ALIMENTARES E ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	35

1 INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é orientada sob uma ótica multidimensional e integradora, ligada à luta pelo direito humano à alimentação. Contudo, as comunidades ribeirinhas estão entre as que enfrentam maiores desafios nesse sentido (Brasil, 2008). Essa população têm uma relação estreita com a natureza, dependendo diretamente dos recursos hídricos e terrestres para sua sobrevivência. Por isso, a segurança alimentar dessas comunidades está diretamente ligada à preservação dos recursos naturais e à maneira como eles são explorados (Murrieta *et al.*, 2005).

Os habitantes das regiões fluviais assumem uma posição proeminente na implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Sua caracterização envolve a habitação em palafitas nas proximidades dos cursos d'água, enquanto suas atividades englobam o extrativismo, a agricultura familiar e a pesca, esta última destacada como a principal fonte de subsistência. Os moradores dessa região amazônica, dotada de ricos recursos naturais devido à abundância de peixes e frutas, demonstram uma oferta suficiente de micro e macronutrientes. Contudo, quando comparada às estatísticas da média nacional, essa população revela um nível elevado de risco de pobreza e uma baixa qualidade de vida (Oliveira, 2013; Doria *et al.*, 2016).

Nesse contexto, Silva e Begossi (2007), ao conduzirem estudos sobre os caboclos ribeirinhos do Rio Negro na Amazônia, enfatizam que o nicho alimentar da população varia conforme fatores específicos, como o acesso ao mercado, a sazonalidade dos recursos naturais e as condições socioeconômicas. Não obstante essa variabilidade, a alimentação básica permanece estruturada em torno do consumo de peixe e farinha. De maneira similar, Adams *et al.* (2006) destacam que, apesar da crescente dependência de alimentos industrializados, o peixe e a farinha mantêm-se como elementos significativos na dieta das comunidades caboclas do baixo Amazonas.

Por fim, dentre as principais ameaças à segurança alimentar dessas comunidades, destacam-se o desmatamento e o avanço da fronteira agrícola, a poluição das águas, as mudanças climáticas e a falta de acesso aos mercados e infraestrutura (Monego, 2015; Isaac, 2015).

Portanto, este estudo apresenta o resultado da pesquisa realizada para investigar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar e nutricional da população ribeirinha na comunidade Usina Vitória, localizada na cidade de Barcarena – PARÁ, visitada em um Programa de Extensão Comunitária promovida pelos alunos dos cursos da área da saúde do Centro Universitário do Estado do Pará.

1.1 Caracterização do problema

Em visita à comunidade Usina Vitória observou-se uma variedade de recursos naturais e uma série de desafios relacionados ao uso desses recursos para a manutenção da sobrevivência e do estilo de vida. A partir disso surgiu a inquietação sobre como seria a alimentação das famílias locais.

Diante do contato com essa realidade, verificou-se que o problema da preservação dos recursos naturais e a maneira como eles são explorados está presente em todo o Brasil, porém, as comunidades ribeirinhas estão entre as que enfrentam maiores dificuldades nesse sentido (Brasil, 2008).

Sendo assim, este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: Será que as famílias ribeirinhas da comunidade Usina Vitória, que vivem em uma região com acesso a recursos naturais em abundância, estão em condições de insegurança alimentar?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar e nutricional das famílias da comunidade Usina Vitória – Barcarena-PA, por meio da EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os aspectos sociodemográficos e econômicos da população;
- Analisar o perfil da frequência alimentar da comunidade;
- Descrever o nível de Insegurança Alimentar da população de estudo;
- Avaliar a associação entre a Insegurança Alimentar (IA) e as principais características socioeconômicas da população.

1.3 Justificativa

A insegurança alimentar é um importante problema social e de saúde pública em todo o mundo (Palmeira, 2020). Estima-se que 9,2% da população mundial (um pouco mais de 700 milhões de pessoas) foi exposta a graves níveis em 2018 (FAO, 2019). A alta taxa de insegurança alimentar mundial tem sido atribuída aos seguintes fatores: pobreza, injustiça social, instabilidade política, conflitos armados, desaceleração do crescimento econômico, sistemas alimentares insustentáveis e insalubres e mudanças climáticas adversas (FAO, 2018).

A região Amazônica enfrenta um desafio substancial relacionado à carência de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), evidenciando os índices mais elevados no país, particularmente na porção Norte do Brasil. Conforme dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) em 2022, aproximadamente 45,2% da população na região Norte enfrentou algum grau de insegurança alimentar. Em contraste, no Sul do país, esse indicador é de apenas 21,7%, ressaltando a significativa disparidade observada na sociedade brasileira. Na região Norte, ao contrário das regiões Sul e Sudeste, a SAN apresenta uma condição mais precária nas áreas rurais em comparação às urbanas, indicando uma limitação no acesso a alimentos para os agricultores. Embora a situação aparente seja semelhante entre os países vizinhos, a ausência de pesquisas abrangentes sobre insegurança alimentar na região Amazônica compromete a disponibilidade de dados comparáveis para essa população (Instituto Fome Zero, 2023).

Considerando os graves e inúmeros problemas de saúde pública associados à desnutrição; à obesidade; à carência de nutrientes advindos da insegurança alimentar e nutricional; e à ausência de estudos que caracterizem a sua prevalência na Comunidade Usina Vitória – Barcarena/PA, tornando difícil o planejamento e execução de ações de prevenção e controle (FAO, 2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) emerge como um desafio substancial para a saúde pública. O acesso apropriado à alimentação, essencial para o crescimento e desenvolvimento humano, é um direito fundamental que está intrinsecamente associado à dignidade da pessoa (Ferreira, 2007; Albuquerque, 2009).

Atualmente, o Brasil enfrenta uma grave crise de fome que afeta aproximadamente 33,1 milhões de cidadãos, deixando-os em situação de extrema insegurança alimentar. É importante ressaltar que a região Norte do país é uma das mais impactadas, com 25,7% de seus lares sofrendo com essa realidade preocupante. De acordo com pesquisas recentes (Rede Penssan, 2022), os efeitos dessa crise se manifestam de diversas formas, incluindo desnutrição, subnutrição, nanismo, deficiências nutricionais variadas, sobrepeso e obesidade. Vários fatores críticos estão na raiz desse problema, tais como baixa renda, desemprego, carência de redes sociais de apoio, falta de educação adequada e escassez de capital social (Smith; Rabbitt; Coleman, 2017). Entre os principais determinantes da insegurança alimentar, destacam-se a baixa renda familiar, o desemprego, a fragilidade das redes sociais de apoio, o baixo nível educacional e a insuficiência de capital social (IBASE, 2008; IBGE, 2013; Smith; Rabbitt; Coleman, 2017).

A região da Amazônia brasileira representa um rico depósito de recursos naturais, albergando uma biodiversidade singular. Este potencial é capaz de promover a otimização da saúde e da nutrição da população ribeirinha, proporcionando nutrientes essenciais (Mercado *et al.*, 2021). No entanto, o estado de saúde e nutrição nessa área é frequentemente desviado desse potencial abundante devido a influências dos contextos sociais, econômicos e culturais (Alencar *et al.*, 2007; Mercado *et al.*, 2021).

Diversos fatores, como os padrões de chuvas, a dinâmica de assentamentos, a exploração ecológica e a proximidade de áreas urbanas, desempenham um papel crítico na variabilidade dos recursos disponíveis, impactando, por conseguinte, na insegurança alimentar das famílias ribeirinhas (Mercado *et al.*, 2021; Murrieta, 2005; De Jesus Silva; Garavello, 2012; Tregidgo *et al.*, 2020).

No entanto, o progresso social e econômico que se desenrolou na região Norte tem revelado comportamentos alimentares divergentes daqueles tradicionalmente associados à população ribeirinha em áreas rurais, principalmente devido ao acesso a alimentos disponíveis nos mercados. Em áreas próximas aos centros urbanos, notou-se um aumento no acesso a alimentos processados, bem como a produtos como açúcar, refrigerantes, enlatados e macarrão instantâneo (De Jesus Silva; Garavello, 2012; Da Silva *et al.*, 2020; Nardoto *et al.*, 2011). Apesar disso, são escassos os estudos que abordam os padrões alimentares contemporâneos dessas comunidades, o que eleva a importância da realização de pesquisas locais com essas populações residentes em áreas de difícil acesso. Tais estudos não apenas complementam as pesquisas de âmbito nacional, mas também contribuem para a compreensão das mudanças nos padrões alimentares da população como um todo.

Por fim, a construção do conceito de segurança alimentar ter como referência a noção de que as pessoas precisam comer para sobreviver é uma percepção antiga e o objetivo central da segurança alimentar é assegurar que todos os indivíduos tenham uma alimentação adequada em termos de quantidade, qualidade, diversidade e segurança dos alimentos consumidos, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Silva *et al.*, 2016).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo, de natureza transversal quantitativa através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com identificação dos determinantes de Insegurança Alimentar (IA) e qualitativa, com investigação de aspectos socioeconômicos, demográficos, de saúde e o acesso das famílias aos serviços públicos.

Como critérios de inclusão foram utilizados: localização geográfica de moradia das famílias, idade, tempo de residência, concordância voluntária, acesso a recursos hídricos, ou seja, pessoas que dependessem dos recursos hídricos para suas atividades de subsistência, como pesca e cultivo de alimentos e diversidade socioeconômica.

Como critérios de exclusão, pessoas que tivessem se mudado recentemente para a área ribeirinha, pois seria difícil avaliar sua insegurança alimentar em um período tão curto; crianças e idosos muito frágeis; incapacidade de consentir; pessoas que não dependessem significativamente dos recursos hídricos locais para subsistência, já que a pesquisa se concentra nas comunidades ribeirinhas.

O estudo foi realizado no dia 08 de abril de 2022, junto à comunidade Usina Vitória, no município de Barcarena/PA, utilizando um questionário estruturado. Antes de sua aplicação, esclareceu-se o objetivo da pesquisa e enfatizou-se a natureza voluntária da participação. Dos entrevistados, 52 moradores aceitaram participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Anexo A.

Conforme descrito no Anexo B, o questionário é composto de 88 questões referentes a dados demográfico (9), econômico (17), social (21), cultural (3), ambiental (8), político-institucional (4), EBIA (14) e consumo alimentar (12). Neste estudo foram exploradas questões socioeconômicas e demográficas, políticas e, principalmente, sobre à insegurança alimentar da região e seu consumo alimentar.

A EBIA consiste em uma escala de medida de nível de segurança alimentar, a partir do questionário composto por perguntas com respostas de sim ou não, cuja análise permite a classificação das famílias ou dos domicílios em quatro categorias (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009; De Arruda, 2017; Silva, 2016):

a) segurança alimentar – quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro;

b) insegurança alimentar leve – quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta;

c) insegurança alimentar moderada – quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas;

d) insegurança alimentar grave – quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de pessoas adultas como para a de crianças que residem no domicílio.

A cada pergunta respondida de forma positiva (sim) conta-se um ponto, somando-se ao final, para classificar a partir dos pontos obtidos pelas respostas, em uma das categorias, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – Classificação do grau de insegurança alimentar.

CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE INSEGURANÇA ALIMENTAR DO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS COM, PELO MENOS, UM MORADOR COM MENOS DE 18 DE ANOS DE IDADE	DOMICÍLIOS SOMENTE COM MORADORES DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE
Segurança alimentar	0 pontos	0 pontos
Insegurança alimentar leve	1 a 5 pontos	1 a 3 pontos
Insegurança alimentar moderada	6 a 10 pontos	4 a 6 pontos
Insegurança alimentar grave	11 a 14 pontos	7 a 8 pontos

Fonte: adaptada de IBGE, 2010.

No que diz respeito ao consumo alimentar, a abrangência do questionário se estende à análise dos padrões alimentares da comunidade, investigando se esta experienciou transições nos hábitos alimentares ao longo do tempo. Além disso, busca-se determinar a frequência da ingestão de alimentos industrializados e sua origem predominante.

Os resultados, derivados da análise dos fatores socioeconômicos, demográficos e políticos, bem como da aplicação do Índice de Segurança Alimentar, e aprofundados pela avaliação do consumo alimentar, por meio de análises estatísticas descritivas e do teste qui-quadrado ($p < 0,05\%$), possibilitaram a classificação da população investigada.

Esta pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), CAAE 57387822.7.0000.5169 sob parecer Número: 5.338.766, como um projeto guarda-chuva intitulado “Determinação da qualidade de vida de uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico: o estudo de caso da Ilha das Onças, Barcarena, Pará, Brasil”, conforme descrito no Anexo A.

4 RESULTADOS

Participaram desta pesquisa 52 famílias sendo, maioria da população encontrada, do sexo feminino (63%), indicando que mulheres chefiam os lares desta comunidade. A escolaridade predominante foi o ensino fundamental (61%) e em sua maioria solteiros (42%). Em relação a quantidade de filhos, 40% possuíam de 0 a 2 filhos e apresentavam composição familiar de até 3 pessoas (48%). A atividade extrativista do açaí representou 67% e 52% possuíam renda menor do que 1 salário-mínimo. Dentre os entrevistados, 75% declararam receber benefício do governo. O tipo de moradia mais comum foi a casa de madeira suspensa (62%), muito característica de comunidades ribeirinhas.

Tabela 1 – Características sociodemográficas e econômicas de uma comunidade em Barcarena

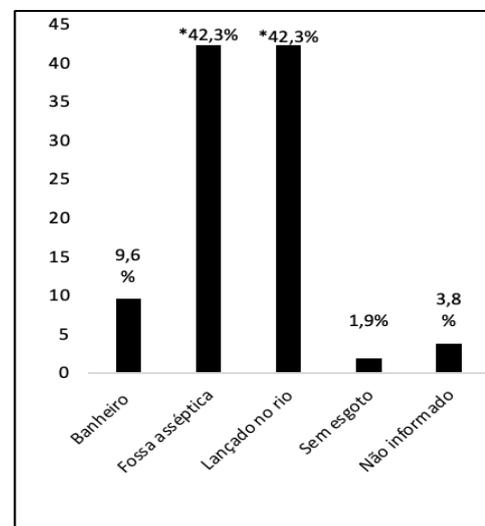
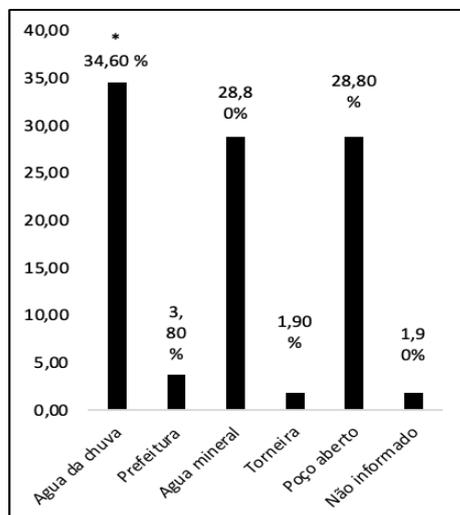
Variáveis	N	%
Sexo		
Feminino	33	63
Masculino	19	37
Escolaridade		
Não estudou	1	1,5
Ensino fundamental incompleto	32	61
Ensino fundamental completo	6	12
Ensino Médio completo	6	12
Ensino Médio incompleto	6	12
Ensino superior	1	1,5
Estado civil		
Solteiro	22	42
Casado	14	27
União estável	11	21
Divorciado	3	6
Viúvo	2	4
Composição familiar		
0 a 2 filhos	21	40
3 a 5 filhos	20	38
Ø 5 filhos	7	14
Não informado	4	8
Número de pessoas por domicílio		
0 – 3	25	48
4 a 6	16	30
7 a 9	7	14
Não informado	4	8

Cont. Tabela 1 – Características sociodemográficas e econômicas de uma comunidade em Barcarena.

Variáveis	N	%
Fonte de renda		
Extrativismo do açaí	35	67
Extrativismo do açaí, pesca e camarão	6	11
Aposentado	5	10
Programas sociais	3	6
Extrativismo e programas sociais	1	2
Não informado	2	4
Renda Bruta familiar		
< 1 salário mínimo	27	52
1 salário mínimo	16	31
1 a 3 salários	8	15
3 a 5 salários mínimos	1	2
Beneficiário de programas sociais		
Sim	39	75
Não	13	25
Tipo de moradia		
Casa de madeira não suspensa	32	62
Casa de alvenaria	1	2
Palafita	16	31
Casa de madeira suspensa	3	6
Total	52	100

Fonte: Protocolo da Pesquisa, 2023.

A maioria da população consome água da chuva (34,60%) seguida de água mineral e de poço aberto, 28,80% cada. Em relação ao tratamento de esgoto, 42,30% lançam o esgoto em fossa asséptica e no rio (figura 1a e 1b).

Figura 1a e 1b – Tipo de consumo de água e tratamento de esgoto de uma comunidade em Barcarena – Pará, 2023.

Fonte: Protocolo da pesquisa, 2023.

A maioria dos entrevistados declarou consumir açaí diariamente (69%), produção própria. Em relação ao consumo de carne vermelha (27%) de forma semanal, adquiridos da cidade de Belém/PA e peixe (48%) regularmente, pescado pela própria família. O frango é consumido em sua maioria regularmente (54%), adquiridos da cidade de Belém/PA. O consumo de frutas, legumes e verduras foi identificado como regular (33%) na população, adquiridos da cidade de Belém. Em relação a frequência de consumo de industrializados, 23%.

Tabela 2 – Perfil de frequência alimentar de uma comunidade em Barcarena – Pará, 2023.

Variáveis	N	%	p valor
Frequência de consumo de açaí			
Diariamente	36	69	
Esporadicamente	1	2	
Mensalmente (1 vez)	1	2	
Semanalmente (1 vez)	4	8	<i>0,0001</i>
Regularmente	9	17	
Não informado	1	2	
Frequência de consumo de carne vermelha			
Diariamente	3	6	
Esporadicamente	7	13	
Mensalmente (1 vez)	11	21	
Semanalmente (1 vez)	14	27	
Regularmente	17	33	<i>0,0001</i>
Frequência de consumo de peixe			
Diariamente	11	21	
Esporadicamente	4	8	
Mensalmente (1 vez)	2	4	
Semanalmente (1 vez)	9	17	<i>0,0001</i>
Regularmente	25	48	
Não informado	1	2	
Frequência de consumo de carne branca			
Diariamente	12	23	
Esporadicamente	2	4	
Mensalmente (1 vez)	3	6	
Semanalmente (1 vez)	4	7	
Regularmente	28	54	<i>0,0001</i>
Não consome	2	4	
Não informado	1	2	
Frequência de consumo de frutas e verduras			
Diariamente	17	32	
Esporadicamente	5	10	<i>0,0001</i>
Mensalmente (1 vez)	2	4	
Semanalmente (1 vez)	10	19	
Regularmente	17	33	
Não consome	1	2	

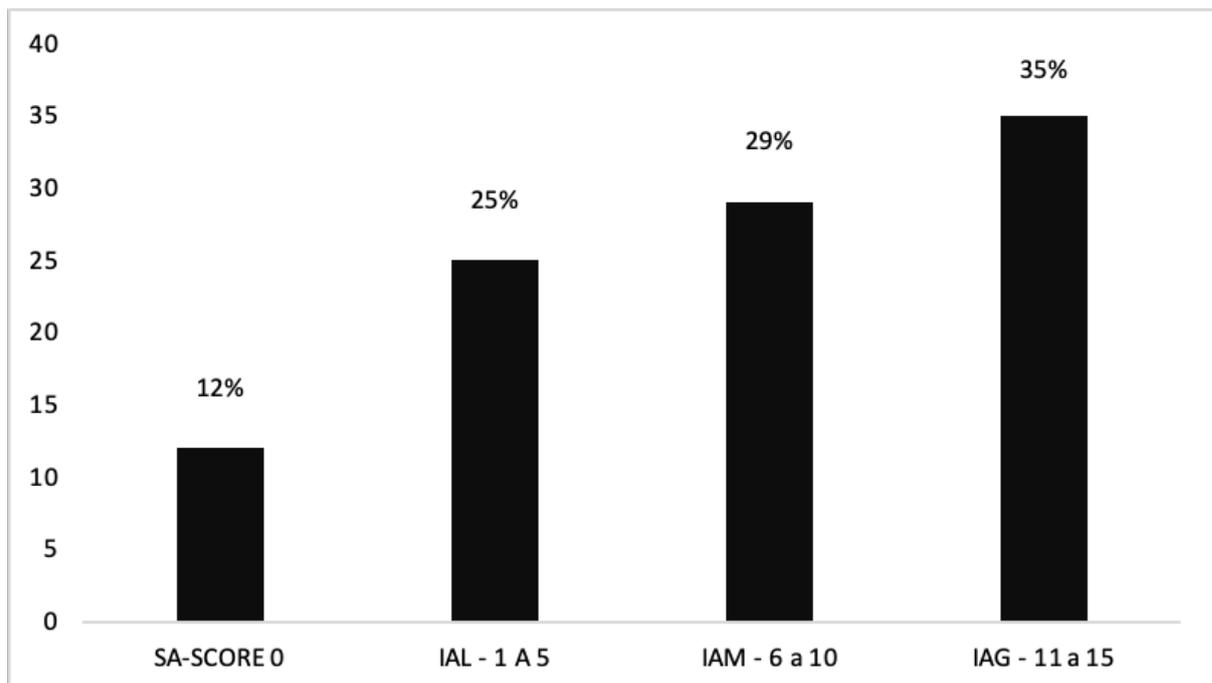
Cont. Tabela 2 – Perfil de frequência alimentar de uma comunidade em Barcarena – Pará, 2023.

Variáveis	N	%	p valor
Frequência de consumo de industrializado			
Diariamente	9	17	0,5266
Esporadicamente	9	17	
Mensalmente (1 vez)	6	12	
Semanalmente (1 vez)	12	23	
Regularmente	9	17	
Não consome	7	14	
Total	52	100	

Fonte: protocolo da pesquisa, 2023.
Teste qui-quadrado $p < 0,05$.

Na figura 2 é possível identificar que 35% da população apresenta insegurança alimentar grave, seguido de 29% com condição moderada e 25% leve. Apenas 12% em segurança alimentar, totalizando 88% em insegurança alimentar.

Figura 2 – Prevalência de insegurança alimentar de uma comunidade em Barcarena – Pará, 2023



Fonte: protocolo da pesquisa, 2023

A insegurança alimentar foi observada nas famílias com mais de 5 filhos em 100% das amostras. Nas famílias em que havia mais de quatro pessoas por domicílio a insegurança alimentar foi de 100%. Do mesmo modo para aqueles que declararam receber benefício do governo. Os que ganhavam menos de um salário-

mínimo e faziam parte de programas sociais, se enquadram na insegurança alimentar em 89% e 95% respectivamente.

Tabela 3 – Associação da composição familiar e característica econômicas em situação de Insegurança Alimentar (IA) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) de uma comunidade em Barcarena – Pará, 2023

Variáveis	Total	IA	SAN	P
	N	N(%)	N(%)	
Composição familiar				
1 a 2 filhos	21	19(90)	2 (10)	<0,0001
3 a 5 filhos	20	18(90)	2 (10)	
5 filhos	7	7 (100)	-	
Não informado	4	2 (50)	2 (50)	
Número de pessoas por domicílio				
0 – 3	25	21(84)	4 (16)	<0,0001
4 a 6	16	16 (100)	-	
7 a 9	7	7 (100)	-	
Não informado	4	2 (50)	2 (50)	
Fonte de renda				
Extrativismo do açaí	35	30 (86%)	5 (14%)	<0,0001
Extrativismo do açaí, pesca e camarão	6	1(17)	5 (93)	
Aposentado	5	4 (80)	1 (20)	
Programas sociais	3	3 (100)	-	
Extrativismo e programas sociais	1	1(100)	-	
Não informado	2	2 (100)	-	
Renda Bruta familiar				
< 1 salário mínimo	27	24 (89)	3 (11)	0.0049
1 salário mínimo	16	14 (88)	2 (12)	
1 a 3 salários	8	7(88)	1 (12)	
3 a 5 salários mínimos	1	1 (100)	-	
Beneficiário de programas sociais				
Sim	39	37 (95)	2 (5)	<0,0001
Não	13	9 (69)	4 (31)	
Total	52			

Fonte: Protocolo da pesquisa, 2023
 Teste qui-quadrado $p < 0,05$.

5 DISCUSSÃO

A Insegurança Alimentar Nutricional (IAN) constitui uma apreensão em diversos países, notadamente em contextos de economia fragilizada. Conforme definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a IAN ocorre quando as pessoas não possuem acesso regular e contínuo a alimentos em quantidade e qualidade adequadas para assegurar sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento, bem como para uma vida ativa e saudável (FAO, 2021).

O direito humano à alimentação adequada é um tema presente em diversas normas brasileiras, que vem ganhando cada vez mais relevância como premissa de vida digna dos seres humanos (BURITY, 2010).

Além disso, admite-se que a Insegurança Alimentar Nutricional (IAN) é um problema complexo, que requer ações de diversas esferas, incluindo o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Todos estes aspectos estimularam a realização do presente estudo, que realizou uma avaliação da prevalência e dos fatores associados a IAN em residentes de uma comunidade de um município do estado do Pará (Dos Santos, 2021).

Dos 52 residentes participantes, as mulheres representaram 63% da amostra populacional e os homens, 27%. A maioria tinha apenas o ensino fundamental (61%), solteiros (42%), com até dois filhos (48%). O extrativismo do açaí foi informado como a principal fonte de renda e vivem com menos de 1 salário-mínimo, 67% e 52% respectivamente.

Em sua pesquisa, Loli *et al.*, (2023) constatou que as mulheres desempenham uma função central e não meramente auxiliar, assumindo a responsabilidade significativa em diversas atividades que delineiam a pluriatividade na agricultura familiar. Essas atividades incluem a integração do trabalho doméstico com o agrícola, o processamento da matéria-prima para a obtenção de produtos beneficiados, bem como a gestão e comercialização dos produtos resultantes. Esse reconhecimento evidencia a contribuição substancial das mulheres em todos os estágios da cadeia produtiva na agricultura familiar, destacando sua presença não apenas como colaboradoras, mas como agentes fundamentais para a sustentabilidade e eficácia do sistema agrícola.

No estudo de Dos Santos *et al.*, (2021) ao determinar o nível de Insegurança Alimentar Nutricional (IAN) e suas causas em famílias extrativistas de

açaí da Ilha das Cinzas, Gurupá, Pará, Brasil, não corroboraram com os dados demográficos como sexo, nesse estudo específico 61,3% era do sexo masculino, e, portanto, os chefes de família. Em relação aos achados de escolaridade, se assemelha ao da presente pesquisa, já que a maioria também possuía o ensino fundamental incompleto (48,4%).

Estudo conduzido por Gama *et al.*, (2022) identificou padrões alimentares como “vegetais” (vegetais, tubérculos e frutas); “brasileiro” (frango, ovos, arroz e feijão); “ribeirinho tradicional” (peixe, farinha e leite); “carnes e doces” (carnes de caça, porco, doces) em 492 participantes no estado do Amazonas, observou que a maioria da população era composta pelo sexo feminino (53%), 39,5% tinham escolaridade de até quatro anos de estudo, 41,7% dos participantes apresentou renda familiar inferior a um salário-mínimo e o padrão “ribeirinho tradicional” associou-se à distância da área urbana.

Os programas sociais do governo são direcionados para as famílias que vivem em vulnerabilidade social e econômica, sendo uma estratégia eficaz de transferência de renda direta à população carente (Bischoff, 2015). Em nosso estudo a porcentagem de beneficiários de programas sociais do governo foi de 75% e tipo de teto, a casa de madeira suspensa foi a mais comum, sendo o principal tipo de moradia em 62% dos indivíduos.

Foi evidenciado (Cotta, 2013) que o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional dos beneficiários apresenta-se como um paradoxo. Isso enfatiza a necessidade de um modelo de atenção à saúde que aborde ambas as facetas da insegurança alimentar: desnutrição e sobrepeso/obesidade, resultado do aumento do consumo de alimentos com maior densidade calórica e baixo valor nutritivo.

De acordo com o Kapfhammer e Garnelo (2019) os programas sociais de transferência de renda visam a universalização do consumo. Para estes autores os programas sociais comprometem a busca pela alimentação de subsistência e, conseqüente, exploração e consumo de alimentos saudáveis que são necessários para reproduzir uma sociedade. No estudo em pauta, os povos originários residentes na Amazônia passam por uma transição dos costumes alimentares.

A transição dos costumes alimentares entre os povos originários na Amazônia, é complexa, influenciada por fatores socioeconômicos, culturais e ambientais. Tradicionalmente baseadas em práticas de subsistência como coleta,

pesca e agricultura, essas comunidades passam por mudanças em suas dietas devido à modernização, urbanização e contato com culturas externas. A introdução de alimentos industrializados e as transformações nos padrões de vida impactam diretamente as escolhas alimentares, desafiando a preservação de conhecimentos tradicionais ligados à biodiversidade local, como descrito em nossa pesquisa. A compreensão desse processo é crucial para desenvolver estratégias eficazes de promoção da saúde e segurança alimentar, considerando as necessidades específicas e as perspectivas culturais dos povos originários amazônicos (De Melo; Dos Santos; De Sales Ferreira, 2021).

O extrativismo do açaí na Amazônia, como principal fonte de renda, é comum, principalmente em regiões do extremo Norte do Brasil. No estudo corrente, a atividade extrativista do açaí representou 67% dentre as demais mencionadas pela população. Este fato se deve porque a comunidade está situada numa região onde o seu cultivo é importante economicamente para a região, chegando a produzir cerca de 600 mil toneladas de açaí por ano, que representam 80% da renda familiar local (Cialdella *et al.*, 2022).

Ainda de acordo com Cialdella *et al.*, (2022) a informalidade fragiliza a posição dos povos e comunidades tradicionais em todos os elos da cadeia, porém, abre espaços para consolidação dos mercados locais e assim para a soberania alimentar. Contudo na comunidade estudada esta característica demonstrou influenciar de forma significativa na segurança alimentar e nutricional da população.

A principal forma de moradia em nosso estudo foi a do tipo casa de madeira suspensa que são um tipo de habitação registrado em regiões tropicais, encontrada em 62% da população, ou seja, 32 residentes dos 52 que participaram, semelhante a pesquisa de Navarro *et al.*, 2022.

A população consome água da chuva (34,60%) seguida de água mineral e de poço aberto, encontrada em 28,80% dos residentes da comunidade. Em relação ao tratamento de esgoto, 42,30% lançam o esgoto em fossa asséptica e no rio (figura 2a e 2b). As comunidades situadas na região do Norte do País, apresentam dificuldades de acesso a água e esgotamento sanitário. Estas condições são relatadas em diversos estudos com populações ribeirinhas situadas na Amazônia Brasileira (Da Silva *et al.*, 2014; Fecury, 2015; Pereira *et al.*, 2021; Galindo, 2022).

O perfil de frequência alimentar no presente demonstrou que 69% consomem açaí diariamente, com consumo significativo de carne de frango (54%).

Embora residisse às margens da Baía do Guajará, o consumo de peixe foi relatado em apenas 48% pelos participantes.

Observou-se que mais de 30% da população consome frutas, legumes e verduras diariamente, o que é um importante comportamento alimentar da comunidade. Mas que pode ser melhorado com uma campanha de educação nutricional nesta região. Já o consumo de industrializados foi relatado por 23% das pessoas do estudo.

O achado acima mencionado se diferenciou do estudo de Garcia *et al.*, (2015) realizado com comunidade agrícola do estado do Pará, o perfil alimentar referido seguiu um padrão, onde carnes vermelhas e café foram os alimentos consumidos habitualmente (>/quatro vezes/semana). O que em nosso estudo já se configura a insegurança alimentar moderada, em que as pessoas têm acesso limitado a alimentos de qualidade ou quantidade suficientes, e a insegurança alimentar grave, as pessoas enfrentam restrições extremas no acesso a alimentos, levando à fome.

Sabe-se que as comunidades do Pará são diversas e enfrentam uma série de desafios, incluindo a pobreza, a desigualdade social e as precárias condições de vida. A insegurança alimentar tem impactos significativos na saúde, no desenvolvimento e na produtividade das pessoas. Estas pessoas estão mais propensas a doenças, desnutrição, menor desempenho escolar e menor produtividade no trabalho (Dos Santos, 2021).

A OMS estimou que, em 2021, 828 milhões de pessoas no mundo estavam em situação de insegurança alimentar grave, o que significa que passaram fome. Esse número representa um aumento de 207 milhões em dois anos, devido à pandemia de COVID-19, aos conflitos e às mudanças climáticas (FAO, 2021).

Ademais, o estudo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), mostrou que a insegurança alimentar grave no estado do Pará atingiu 16,8% das famílias em 2022. Esse percentual é maior do que a média nacional, que foi de 5,7%. Esses dados são de extrema importância como requisito essencial para a formulação de políticas públicas que visam fortalecer e ampliar o acesso à alimentação por esta população (Rede Penssan, 2022).

A composição familiar foi aspecto relevante, na qual as famílias com mais de 5 filhos e com mais de quatro pessoas por domicílio apresentaram insegurança alimentar nutricional em 100% dos residentes, mesmo para os que fazem parte de

programas sociais do governo. Sendo que a quantidade de pessoas na família, é um fator que pode contribuir para a insegurança alimentar nutricional (Cotta e Machado, 2013).

Nesta pesquisa, foi constatado que as famílias com menor renda e com maior número de crianças são as mais vulneráveis à insegurança alimentar. A análise foi feita pela avaliação da insegurança alimentar realizada mediante aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Para Oliveira *et al.*, (2009), a vulnerabilidade econômica contribui para a condição generalizada de insegurança alimentar nutricional das populações, cujo estudo realizado no nordeste do Brasil sobre a segurança alimentar, foi identificada a condição de insegurança alimentar em 13% das famílias, prevalecendo a forma moderada a predominante (40,2%), diferindo dos nossos dados, que encontrou a forma predominante do tipo grave.

A Insegurança Alimentar Nutricional (IAN) está fortemente associada à aglomeração domiciliar e renda entre famílias de agricultores. O que denota a necessidade de criação de políticas públicas voltadas à saúde dos agricultores, considerando a vulnerabilidade das famílias de baixa renda, com crianças e jovens na sua composição, possibilitando acesso à alimentação adequada (Costa *et al.*, 2022).

É importante ressaltar que a insegurança alimentar é um problema que requer ações de diversas esferas, incluindo o setor público, o setor privado e a sociedade civil. A união de esforços é fundamental para garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos.

Para a realização da presente pesquisa algumas dificuldades do tipo teórica e prática ocorreram. Em relação à primeira, a quantidade de estudos sobre insegurança alimentar na região ainda é escassa, o que dificulta a discussão do problema da pesquisa de forma mais ampla. Além do acesso a comunidade e os respectivos dados dos participantes, que nem sempre são suficientes quantitativamente.

6 CONCLUSÃO

A maioria da população apresenta perfil sociodemográfico e econômico fragilizado, o que caracteriza a condição de insegurança alimentar, principalmente fatores sociais e econômicos, como a composição familiar e renda de apenas um salário-mínimo. A baixa escolaridade encontrada também contribui com a redução das chances de melhor remuneração e oportunidades profissionais.

A dificuldade de acesso à água potável e presença de esgotamento sanitário precário, aumenta ainda mais a vulnerabilidade às doenças, já que a IAN contribui com o enfraquecimento nutricional e conseqüente saúde debilitada.

O perfil de consumo alimentar da população demonstra discreta transição das preferências alimentares proteicas, de peixe por frango, e que corresponde ao atual cenário da maioria das comunidades amazônicas, já que se percebe a mudança no comportamento alimentar deste grupo em diversos estudos.

A elevada taxa de insegurança alimentar na comunidade está associada aos fatores econômicos e à composição familiar, no aspecto quantitativo. Sendo estes importantes para o aumento do risco de IAN na região.

Esses resultados destacam a necessidade de uma análise aprofundada das políticas sociais, econômicas e de segurança alimentar em vigor, com foco em atender às necessidades das pessoas em insegurança alimentar moderada e grave.

Abordar esses problemas requer esforços coordenados para melhorar o acesso a alimentos, educar sobre nutrição e promover a igualdade econômica, a fim de garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados e sustentáveis.

É necessário reformular programas sociais, aumentar a conscientização sobre educação financeira e nutricional, bem como promover políticas que visem a redução da desigualdade de renda. Além disso, esses dados podem ser utilizados para embasar a tomada de decisões e o direcionamento de recursos para abordar a insegurança alimentar em diferentes grupos populacionais.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Anablume, 2006.
- ALBUQUERQUE, M. de F. M. de. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, p. 895-903, 2009.
- ALENCAR, F. H., et al. Determinantes e consequências da insegurança alimentar no Amazonas: a influência dos ecossistemas. **Acta amazônica**, v. 37, p. 413-418, 2007.
- BISCHOFF, L. M. **Avaliação do Programa Bolsa Família no Município de Taquara/RS**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional), Rio Grande do Sul, 2015.
- BRASIL. Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil: Relatório final da Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde**. Brasília: CNDSS; 2008. Disponível em: <www.cndss.fiocruz.br/pdf/home/relatorio.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Plataforma Brasil**. CONEP: Brasília, 2023. Disponível em: <<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>>
- BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.
- CIALDELLA, N., et al. Comunidades tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre sociobiodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva. **Geo Uerj**, n. 40, p. 64997, 2022.
- COSTA, L. A. da, et al. Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, p. 122-132, 2022.
- COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.
- DA SILVA, A. M. B., et al. Ocorrência de enteroparasitoses em comunidades ribeirinhas do Município de Igarapé Miri, Estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 5, n. 4, p. 7-7, 2014.
- DA SILVA, L. S., et al. Alimentação na várzea amazônica: estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. **Revista ciências da sociedade**, v. 4, n. 7, p. 177-206, 2020.

DE ARRUDA, T. P., et al. Segurança alimentar no PDS Santa Helena. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 2, p. 31-44, 2017.

DE JESUS SILVA, R.; GARAVELLO, M. E. de P. E. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

DE MELO, Juliane Coelho; DOS SANTOS, Sulamita Freires; DE SALES FERREIRA, José Carlos. A mandioca e o milho como base da alimentação de povos indígenas e ribeirinhos e a transição alimentar nos dias atuais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 52934-52951, 2021.

DORIA, C R da C., et al. A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Rondônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 3, p. 163-188, 2016.

DOS SANTOS, E. S.; AZEVEDO-RAMOS, C.; GUEDES, M. C. Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, 2021.

FAO. **The State of food security and Nutrition in the World: Bulding climate resilience for food security and nutrition.** Rome, 2018.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World: Safeguarding against economic slowdowns and downturns.** Rome, 2019.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all.** Rome, 2021.

FECURY, A. A., et al. **Aspectos epidemiológicos da infecção pelo vírus da hepatite C em populações ribeirinhas do estado do Pará, na Amazônia brasileira.** 2015. 83f. Tese (Doutorado em Doenças tropicais), Pará, 2015.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 1674-1681, 2007.

GALINDO, E., et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, 2022. Disponível em: <<https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813.2>>.

GAMA, A. S. M., et al. Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas da região do médio rio Solimões-Amazonas-Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2609-2620, 2022.

GARCIA, B. N. R; VIEIRA, T. A.; OLIVEIRA, F. de A. Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental. **Revista de la Facultad de Agronomía**, v. 114, n. 3, p. 67-73, 2015.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Secretaria de avaliação e gestão da informação. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança alimentar 2013**. Rio de Janeiro. 134p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisas de Orçamentos Familiares 2008-2009: Despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

INSTITUTO FOME ZERO – IFZ. **A Cúpula da Amazônia e o combate à fome**. 2023. Disponível em: <<https://ifz.org.br/cupula/>>

ISAAC, V. J., et al. Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, p. 2229-2242, 2015.

KAPFHAMMER, W.; GARNELO, L. Programas sociais e agência indígena entre os Sateré-Mawé do Baixo Amazonas em Brasil. **Mundo Amazônico**, v. 10, n. 1, p. 125-154, 2019.

LOLI, D. A.; DE SOUZA LIMA, R.; SILOCHI, R. M. H. Q. Mulheres em contextos rurais e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8656151>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MERCADO, D. S., et al. Hábitos alimentares de ribeirinhos da Amazônia e contribuições das enchentes no agravamento ao quadro de insegurança alimentar. **Saber Científico**, v. 4, n. 1, p. 14-18, 2021.

MONEGO, E. T., et al. (In) Segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 37–47, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634798>>.

MURRIETA, R. S. S.; SANCHES, R. A. Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas. **Rev. Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2005.

NARDOTO, G. B., et al. Frozen chicken for wild fish: nutritional transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal of human biology**, v. 23, n. 5, p. 642-650, 2011.

NAVARRO, A. G. As pequenas Venezas Americanas: revisitando as moradias de palafitas nas terras baixas da América do Sul. **Revista de Arqueologia**, v. 35, n. 2, p. 85-120, 2022.

OLIVEIRA, B. F. A.; MOURÃO, D. S. Prevalência de hipertensão arterial em comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, Amazônia Ocidental Brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 8, p. 1617-1630, 2013.

OLIVEIRA, J. S., et al. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Revista brasileira de Epidemiologia**, v. 12, p. 413-423, 2009.

PALMEIRA, P. de A., et al. Multisectoral government programs and household food insecurity: evidence from a longitudinal study in the semiarid area of northeast, Brazil. **Food Security**, v. 13, 2020.

PEREIRA, Á. A. C., et al. Reorganização do processo de trabalho da Atenção Primária à Saúde durante o enfrentamento da pandemia da COVID-19: relato de experiência. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 13, 2021.

PIPERATA, B. A., et al. Nutrition in transition: dietary patterns of rural Amazonian women during a period of economic change. **American Journal of Human Biology**, v. 23, n. 4, p. 458-469, 2011.

REDE PENSSAN. Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>>. Acesso em 29 jan. 2022.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1–19, 2009.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 1-24, 2007.

SILVA, C. O., et al. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

SOUSA, M. P. A. de. **Aspectos de qualidade de vida, alimentares e escala brasileira de insegurança alimentar** (Questionário). Belém: CESUPA.

SMITH, M. D.; RABBITT, M. P.; COLEMAN-JENSEN, A. Who are the world's food insecure? New evidence from the Food and Agriculture Organization's food insecurity experience scale. **World Development**, v. 93, p. 402-412, 2017.

TREGIDGO, D., et al. Tough fishing and severe seasonal food insecurity in Amazonian flooded forests. **People and Nature**, v. 2, n. 2, p. 468-482, 2020.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Determinação da qualidade de vida de uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico: o estudo de caso da Ilha das Onças, Barcarena, Pará, Brasil

Pesquisador: MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57387822.7.0000.5169

Instituição Proponente: Centro Universitário do Pará - CESUPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.338.766

Apresentação do Projeto:

Projeto já avaliado anteriormente, com pendências éticas sanadas.

Objetivo da Pesquisa:

Projeto já avaliado anteriormente, com pendências éticas sanadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Projeto já avaliado anteriormente, com pendências éticas sanadas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto já avaliado anteriormente, com pendências éticas sanadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto já avaliado anteriormente, com pendências éticas sanadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Governador José Malcher, 1963

Bairro: São Brás

CEP: 66.060-232

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)4009-9100

E-mail: cep@cesupa.br



Continuação do Parecer: 5.338.766

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1900232.pdf	01/04/2022 18:22:38		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado_atualizado.pdf	01/04/2022 18:22:14	MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_atualizado.pdf	01/04/2022 18:17:56	MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA	Aceito
Outros	Questionario_Pesquisa.pdf	29/03/2022 16:21:33	MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA	Aceito
Outros	Autorizacao_local_das_entrevistas.pdf	29/03/2022 16:20:04	MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Pesquisador.pdf	29/03/2022 11:35:21	MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	29/03/2022 11:34:57	MARCOS PAULO ALVES DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 07 de Abril de 2022

Assinado por:
Celice Cordeiro de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Governador José Malcher, 1963
Bairro: São Brás **CEP:** 66.060-232
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)4009-9100 **E-mail:** cep@cesupa.br

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DOS ASPECTOS DE QUALIDADE DE VIDA, ALIMENTARES E ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Aspectos de Qualidade de Vida, Alimentares e Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA

NOME	
RG	
DATA DE NASCIMENTO	
APLICADOR(A)	

DEMOGRÁFICO
1 – Sexo: () Feminino. () Masculino.
2 – Escolaridade: () Analfabeto. () Ensino Fundamental Incompleto. () Ensino Fundamental Completo. () Ensino Médio Incompleto. () Ensino Médio Completo. () Ensino Superior Completo.
3 – Estado Civil: () Solteiro (a). () Casado (a). () Divorciado (a). () Viúvo (a). () União Estável.
4 – Naturalidade (Cidade – Estado):
5 – Nacionalidade (País):
6 – Você é nativo da comunidade Usina Vitória? () Sim. () Não.
7 – Se você não é nativo, você veio de qual localidade? () Região Metropolitana de Belém (Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará). () Outra comunidade da Ilha das Onças (nome da comunidade): _____. () Barcarena, exceto Ilha das Onças. () Outras cidades do interior do Pará (Cidade): _____. () Outras cidades de fora do Estado do Pará (Cidade – Estado): _____. () Fora do Brasil (País): _____.
8 – Se você não é nativo, há quanto tempo você reside na Usina Vitória? () Menos de 2 anos. () Entre 2 a 5 anos. () Entre 5 a 10 anos. () Há mais de 10 anos.
9 – Composição familiar: Número de filhos () Quantas pessoas moram no domicílio: ()

Prof. Dr. Marcos Paulo Alves de Sousa
Coordenador da pesquisa
Centro Universitário do Estado do Pará
(091) 4009-9132
marcos.sousa@prof.cesupa.br

<p>11 – Qual a frequência que sua família consome alimentos enlatados/industrializados (conserva, sardinha, mortadela, etc.)?</p> <p><input type="checkbox"/> Diariamente. <input type="checkbox"/> Regularmente (2 a 4 vezes na semana). <input type="checkbox"/> Semanalmente (1 vez por semana).</p> <p><input type="checkbox"/> Mensalmente (1 vez por mês). <input type="checkbox"/> Esporadicamente. <input type="checkbox"/> Não consome.</p>
<p>12 – Caso sua família consome alimentos enlatados/industrializados, normalmente vem de onde?</p> <p><input type="checkbox"/> Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos da comunidade Usina Vitória.</p> <p><input type="checkbox"/> Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos de regatão (comerciante) vinda dos rios.</p> <p><input type="checkbox"/> Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos de outras comunidades da Ilha das Onças.</p> <p><input type="checkbox"/> Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos de fora da Ilha das Onças (cidade):_____.</p>

ECONÔMICO
<p>1 - Qual a principal fonte de renda familiar nos últimos 12 meses? (Marcar APENAS 1 opção)</p> <p><input type="checkbox"/> Extrativismo do açaí <input type="checkbox"/> Extrativismo do camarão <input type="checkbox"/> Pesca <input type="checkbox"/> Produção de hortaliças</p> <p><input type="checkbox"/> Programas sociais (ex: Auxílio Brasil – antigo Bolsa Família) <input type="checkbox"/> Emprego formal <input type="checkbox"/> Aposentadoria</p> <p><input type="checkbox"/> Serviço esporádicos <input type="checkbox"/> Outra: _____.</p>
<p>2 - Vocês tiveram outras fontes de renda familiar não provenientes do açaí nos últimos 12 meses?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>3 - Se tiveram outras fontes de renda familiar não provenientes do açaí nos últimos 12 meses, quais foram?</p> <p><input type="checkbox"/> Extrativismo do camarão. <input type="checkbox"/> Pesca. <input type="checkbox"/> Programas sociais (ex: Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família)</p> <p><input type="checkbox"/> produção de hortaliças. <input type="checkbox"/> Emprego formal. <input type="checkbox"/> Aposentadoria. <input type="checkbox"/> Serviço esporádicos.</p> <p>Outras fontes: _____.</p>
<p>4 – Qual a renda bruta total da sua família por mês (salário-mínimo atual: R\$ 1.212,00)?</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de um salário mínimo. <input type="checkbox"/> Um salário mínimo. <input type="checkbox"/> Entre 1 a 3 salários mínimos.</p> <p><input type="checkbox"/> Entre 3 a 5 salários mínimos. <input type="checkbox"/> Entre 5 a 10 salários mínimos. <input type="checkbox"/> Mais de 10 salários mínimos.</p>
<p>5 - Quantas pessoas da sua família contribuem para a renda mensal familiar?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 pessoa. <input type="checkbox"/> 2 a 3 pessoas. <input type="checkbox"/> 4 a 5 pessoas. <input type="checkbox"/> mais de 5 pessoas.</p>
<p>6 – Quantas pessoas da sua família trabalham nas atividades relacionadas ao açaí (plantio, coleta, venda, etc)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 pessoa. <input type="checkbox"/> 2 a 3 pessoas. <input type="checkbox"/> 4 a 5 pessoas. <input type="checkbox"/> mais de 5 pessoas. <input type="checkbox"/> Ninguém.</p>
<p>7 – Caso alguém da sua família trabalhe com açaí, de que forma é vendida sua produção?</p> <p><input type="checkbox"/> A minha família vende diretamente para os compradores.</p> <p><input type="checkbox"/> Em conjunto com outras famílias.</p> <p><input type="checkbox"/> Por meio de associações/cooperativas de moradores da Ilha das Onças.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____.</p>
<p>8 - Caso alguém da sua família trabalhe com açaí, quem são os principais compradores da sua produção? (escolher uma opção)</p> <p><input type="checkbox"/> atravessadores.</p> <p><input type="checkbox"/> moradores da Ilha das Onças.</p> <p><input type="checkbox"/> turistas.</p> <p><input type="checkbox"/> empresários da região metropolitana de Belém.</p> <p><input type="checkbox"/> empresários da região metropolitana de Barcarena.</p> <p><input type="checkbox"/> empresários de outras cidades do Pará, informar (cidade): _____</p> <p><input type="checkbox"/> empresários de fora do Pará, informar (Estado ou País): _____</p> <p><input type="checkbox"/> outros: _____</p>

<p>9 – Qual a principal dificuldade para manter a produção familiar de açaí? (escolher uma opção)</p> <p><input type="checkbox"/> pagar despesas com atravessador.</p> <p><input type="checkbox"/> pagar despesas de insumos para produção de açaí (fertilizantes, óleo diesel, rasas, etc.).</p> <p><input type="checkbox"/> baixo valor pago pela rasa ou saca de açaí.</p> <p><input type="checkbox"/> dificuldades de conseguir compradores.</p> <p><input type="checkbox"/> a família vem perdendo o interesse em trabalhar com açaí.</p> <p><input type="checkbox"/> outro: _____.</p>
<p>10 – Você foi beneficiado por algum programa de assistência social do Governo Federal, Estadual ou Municipal nos últimos 12 meses?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>11 – Se você foi beneficiado nos últimos 12 meses, quais programas? (pode marcar mais de uma opção)</p> <p><input type="checkbox"/> Auxílio Brasil – antigo Bolsa Família. <input type="checkbox"/> Auxílio Emergencial. <input type="checkbox"/> Bolsa Verde.</p> <p><input type="checkbox"/> Benefício de Prestação Continuada (BPC). <input type="checkbox"/> Seguro defeso.</p> <p><input type="checkbox"/> Seguro desemprego. <input type="checkbox"/> Renda Pará.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____</p>
<p>12 – Você foi beneficiado por algum programa de apoio ao desenvolvimento rural do Governo Federal, Estadual ou Municipal nos últimos 12 meses?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>13 – Se você foi beneficiado nos últimos 12 meses, quais programas? (pode marcar mais de uma opção)</p> <p><input type="checkbox"/> Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF</p> <p><input type="checkbox"/> Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ)</p> <p><input type="checkbox"/> Apoio a Produção e Comercialização da Agricultura Familiar</p> <p><input type="checkbox"/> Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaicultura (PROCACAU)</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____</p>
<p>9 – Qual a principal dificuldade para manter a produção familiar de açaí? (escolher uma opção)</p> <p><input type="checkbox"/> pagar despesas com atravessador.</p> <p><input type="checkbox"/> pagar despesas de insumos para produção de açaí (fertilizantes, óleo diesel, rasas, etc.).</p> <p><input type="checkbox"/> baixo valor pago pela rasa ou saca de açaí.</p> <p><input type="checkbox"/> dificuldades de conseguir compradores.</p> <p><input type="checkbox"/> minha família não consegue acesso aos programas de incentivo do governo.</p> <p><input type="checkbox"/> a família vem perdendo o interesse em trabalhar com açaí.</p> <p><input type="checkbox"/> outro: _____.</p>
<p>14 – Você já realizou empréstimos ou financiamentos bancários nos últimos 12 meses?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>15 – Caso você tenha tido acesso a empréstimos ou financiamento bancário, qual foi o principal motivo?</p> <p><input type="checkbox"/> pagar despesas e dívidas.</p> <p><input type="checkbox"/> reformas ou construção da moradia.</p> <p><input type="checkbox"/> aquisição de produtos domésticos (Televisão, rádio, etc).</p> <p><input type="checkbox"/> Investimento na melhoria do negócio familiar.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____.</p>

16 – Atualmente, a sua família está passando por dificuldades financeiras? Se sim, qual o principal motivo?
 A minha família não está passando por dificuldades financeiras.
 A entressafra do açaí provocou a perda de renda familiar.
 Pessoas na família estão desempregadas.
 Dívidas com empréstimos (bancos, cartão de crédito, etc).
 A minha família perdeu o controle de gastos (gastos maiores que a renda familiar).
 Outros motivos: _____.

SOCIAL

1 – O terreno da sua moradia está regularizado?
 Sim. Não.

2 – Tipo de moradia:
 Casa de alvenaria. Casa de madeira (não suspensa). Palafita. Barraco.
 Outras: _____.

3 – Caso seu terreno da moradia esteja regularizado, de que forma você adquiriu seu terreno da moradia?
 O terreno da moradia foi adquirido por meio de herança da minha família.
 O terreno da moradia foi adquirido por meio de contrato de compra e venda.
 O terreno da moradia foi adquirido por meio de concessão de uso junto a União.
 O terreno da moradia foi adquirido por meio de assentamentos junto ao Incra.
 O terreno da moradia foi adquirido por meio de ocupação pacífica (usucapião).

4 – Qual o tamanho do terreno da sua moradia em hectares (1h equivale 10.000 m²)?
 Não sei informar.
 Menos de um hectare.
 Entre um a cinco hectares.
 Entre cinco a dez hectares.
 Mais de dez hectares.

5 – Alguém da sua família já fez curso ou treinamento de capacitação em manejo de açaí?
 Sim. Não.

6 – Alguém da sua família possui telefone celular?
 Sim. Não.

7 – Alguém da sua família possui computador ou notebook?
 Sim. Não.

8 – É possível realizar ligações de telefone celular da sua casa?
 Sim. Não.

9 – É possível acessar internet da sua casa?
 Sim. Não.

10 – Há crianças ou jovens menores de 18 anos na sua família?
 Sim. Não.

<p>11 – Há alguma criança ou jovem menor de 18 anos na sua família que não esteja frequentando escola? () Sim. () Não.</p>
<p>12 – Qual a principal razão da criança ou jovem menor de 18 anos de não frequentar a escola? () Dificuldade de acesso à escola. () Ajuda no orçamento familiar. () Gravidez. () Perda de interesse pela escola. () Indisponibilidade de vagas para série desejada. () Outro: _____</p>
<p>13 – Você tem acesso a posto de saúde público (ou Unidade Básica de Saúde) próximo da sua comunidade. () Sim. () Não.</p>
<p>14 – Caso sua família tenha sido atendida em posto de saúde próximo da comunidade, como você avalia o atendimento do posto? () O atendimento no posto de saúde é ruim. () O atendimento no posto de saúde é satisfatório. () O atendimento no posto de saúde é excelente.</p>
<p>15 – A sua moradia tem energia elétrica? () Sim. () Não.</p>
<p>16 – Caso sua moradia tenha energia elétrica, qual a principal fonte? () Gerador. () Painéis solares. () Concessionária de Energia (Equatorial) () Outros: _____</p>
<p>17 – De onde vem a água usada para beber normalmente pela sua família? (escolher uma opção) () Poço aberto. () Diretamente do rio. () Galões de água mineral. () Captação de água da chuva por meio de caixa d'água ou cisterna.</p>
<p>18 – Caso você não utilize água mineral, a sua família costuma tratar a água antes de bebê-la? () Não, a minha família consome a água sem tratamento. () Sim, a água é fervida. () Sim, a água é tratada com hipoclorito. () Sim, a água é tratada pelo filtro. () Sim, a água é tratada pelo filtro e hipoclorito. () Outro: _____</p>
<p>19 – Como é tratado o esgoto da sua casa? () O esgoto é despejado diretamente no rio. () É tratado por meio de fossa séptica. () É tratado por meio de fossa biodigestor. () É tratado por meio de banheiro. () É tratado por meio de banheiro ecológico seco. () Outro: _____</p>
<p>20 – Alguém da sua família pretende se mudar da Ilha das Onças nos próximos 12 meses? () Sim. () Não.</p>

POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
1 - Você participa ou frequenta alguma organização social (associação, cooperativa, igrejas, etc)? () Sim. () Não.	
2 – Caso você participe ou frequenta alguma organização social, quais os tipos? () Cooperativa de moradores extrativistas (açai, cacau, etc) e de pescadores. () Igrejas/Tempos religiosos. () Associações de moradores ou centros comunitários. () Outras Organizações: _____.	
3 - Você votou na última eleição? () Sim. () Não.	
4 – Como você vê o papel do Estado para atender as necessidades de assistência social, saúde, saneamento, educação e trabalho da comunidade Usina Vitória? () O Estado não tem dado a atenção necessária para comunidade. () O Estado tem dado pouca atenção necessária para comunidade. () O Estado tem dado a atenção necessária para comunidade. () O Estado tem dado bastante atenção para comunidade.	

EBIA			
1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	SIM	NÃO	NÃO SABE
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?			
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?			
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?			
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?			
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?			

Prof. Dr. Marcos Paulo Alves de Sousa
Coordenador da pesquisa
Centro Universitário do Estado do Pará
(091) 4009-9132
marcos.sousa@prof.cesupa.br

7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?			
8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?			
9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?			
10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?			
11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?			
12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?			
13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?			
14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?			

CONSUMO ALIMENTAR

1 – Qual a frequência que sua família consome açai?
 Diariamente. Regularmente (2 a 4 vezes na semana). Semanalmente (1 vez por semana).
 Mensalmente (1 vez por mês). Esporadicamente. Não consume.

Prof. Dr. Marcos Paulo Alves de Sousa
 Coordenador da pesquisa
 Centro Universitário do Estado do Pará
 (091) 4009-9132
 marcos.sousa@prof.cesupa.br

<p>2 – Caso sua família consome o açaí, normalmente vem de onde? <input type="checkbox"/> Produção própria. <input type="checkbox"/> Consome açaí adquirido de outros produtores da comunidade Usina Vitória. <input type="checkbox"/> Consome açaí adquirido de outras comunidades da Ilha das Onças. <input type="checkbox"/> Consome açaí adquirido de fora da Ilha das Onças (cidade): _____</p>
<p>3 – Qual a frequência que sua família consome carne vermelha (boi, porco, carneiro, etc)? <input type="checkbox"/> Diariamente. <input type="checkbox"/> Regularmente (2 a 4 vezes na semana). <input type="checkbox"/> Semanalmente (1 vez por semana). <input type="checkbox"/> Mensalmente (1 vez por mês). <input type="checkbox"/> Esporadicamente. <input type="checkbox"/> Não consome.</p>
<p>4 – Caso sua família consome carne vermelha, normalmente vem de onde? <input type="checkbox"/> Criação própria. <input type="checkbox"/> Consome carne vermelha adquirida de outros criadores da comunidade Usina Vitória. <input type="checkbox"/> Consome carne vermelha adquirida de outras comunidades da Ilha das Onças. <input type="checkbox"/> Consome carne vermelha adquirida de fora da Ilha das Onças (cidade): _____</p>
<p>5 – Qual a frequência que sua família consome pescado? <input type="checkbox"/> Diariamente. <input type="checkbox"/> Regularmente (2 a 4 vezes na semana). <input type="checkbox"/> Semanalmente (1 vez por semana). <input type="checkbox"/> Mensalmente (1 vez por mês). <input type="checkbox"/> Esporadicamente. <input type="checkbox"/> Não consome.</p>
<p>6 – Caso sua família consome o pescado, normalmente vem de onde? <input type="checkbox"/> Pescado pela própria família. <input type="checkbox"/> Consome pescado adquiridos de outros pescadores da comunidade Usina Vitória. <input type="checkbox"/> Consome pescado adquirido de outras comunidades da Ilha das Onças. <input type="checkbox"/> Consome pescado adquirido de fora da Ilha das Onças (cidade): _____.</p>
<p>7 – Qual a frequência que sua família consome carne branca (aves)? <input type="checkbox"/> Diariamente. <input type="checkbox"/> Regularmente (2 a 4 vezes na semana). <input type="checkbox"/> Semanalmente (1 vez por semana). <input type="checkbox"/> Mensalmente (1 vez por mês). <input type="checkbox"/> Esporadicamente. <input type="checkbox"/> Não consome.</p>
<p>8 – Caso sua família consome carne branca, normalmente vem de onde? <input type="checkbox"/> Criação própria. <input type="checkbox"/> Consome carne branca adquirida de outros criadores da comunidade Usina Vitória. <input type="checkbox"/> Consome carne branca adquirida de outras comunidades da Ilha das Onças. <input type="checkbox"/> Consome carne branca adquirida de fora da Ilha das Onças (cidade): _____.</p>
<p>9 – Qual a frequência que sua família consome legumes, frutas e/ou verduras? <input type="checkbox"/> Diariamente. <input type="checkbox"/> Regularmente (2 a 4 vezes na semana). <input type="checkbox"/> Semanalmente (1 vez por semana). <input type="checkbox"/> Mensalmente (1 vez por mês). <input type="checkbox"/> Esporadicamente. <input type="checkbox"/> Não consome.</p>
<p>10 – Caso sua família consome legumes, frutas e/ou verduras, normalmente vem de onde? <input type="checkbox"/> Produção própria. <input type="checkbox"/> Consome legumes, frutas e/ou verduras adquiridas de outros produtores da comunidade Usina Vitória. <input type="checkbox"/> Consome legumes, frutas e/ou verduras adquiridas de outras comunidades da Ilha das Onças. <input type="checkbox"/> Consome legumes, frutas e/ou verduras adquiridas de fora da Ilha das Onças (cidade): _____.</p>
<p> </p>

Prof. Dr. Marcos Paulo Alves de Sousa
 Coordenador da pesquisa
 Centro Universitário do Estado do Pará
 (091) 4009-9132
 marcos.sousa@prof.cesupa.br

11 – Qual a frequência que sua família consome alimentos enlatados/industrializados (conserva, sardinha, mortadela, etc.)?
 Diariamente. Regularmente (2 a 4 vezes na semana). Semanalmente (1 vez por semana).
 Mensalmente (1 vez por mês). Esporadicamente. Não consome.

12 – Caso sua família consome alimentos enlatados/industrializados, normalmente vem de onde?
 Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos da comunidade Usina Vitória.
 Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos de regatão (comerciante) vinda dos rios.
 Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos de outras comunidades da Ilha das Onças.
 Consome alimentos enlatados/industrializados adquiridos de fora da Ilha das Onças
(cidade): _____.